



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)


# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 14 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 13 de fevereiro de 2012

<b>DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS</b> Estados voltam a discutir "guerra dos portos" ..... 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Impacto da política fiscal sobre a demanda causa controvérsia ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Produtividade industrial cai 0,2% em 2011 ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> As cartas do PSDB pela sobrevivência ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>REVISTA ÉPOCA</b> Felipe Patury ..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CONVERGÊNCIA DIGITAL</b> Guerra dos Tablets: Procuradoria da República fica contra São Paulo ..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>G-1</b> Procurador quer fim de isenção de ICMS a tablets em São Paulo ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ESTADAO.COM</b> Relações Brasil-Estados Unidos ..... 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Impacto da política fiscal sobre a demanda causa controvérsia ..... 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Produtividade industrial cai 0,2% em 2011 ..... 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Juro alto é positivo para o país, mas regulação ainda é entrave ao investidor ..... 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Juro alto é positivo para o país, mas regulação ainda é entrave ao investidor ..... 19 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL D24AM</b> Suframa pede autorização para fazer novo concurso público em Manaus ..... 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>TELESINTESE</b> PGR se opõe à isenção de ICMS para tablets produzidos em SP ..... 21 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DCI - <b>COMÉRCIO</b> , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA
	TÍTULO <b>Estados voltam a discutir "guerra dos portos"</b>	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE

São Paulo - Outra faceta da guerra fiscal, a chamada "guerra dos portos", voltou à tona neste começo de ano. Desde 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao conceder 14 ações de inconstitucionalidade (Adin), dá sinais de que benefícios fiscais oferecidos por alguns estados brasileiros, sem aprovação no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), não serão tolerados, inclusive aqueles dados às **importações** em portos brasileiros. Com a expectativa de que as compras externas irão aumentar em 2012, diferentemente das **exportações**, industriais liderados por São Paulo, lutam para que uma solução seja tomada o mais breve possível.

De acordo com estudo divulgado ano passado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), de 2001 para 2010, a "guerra dos portos" impediu a economia brasileira de crescer 0,6%, além de que um total de 771 mil novos empregos foi perdido com essa disputa. Se as concessões continuarem, a Fiesp estima que mais 859 mil vagas de trabalho deixarão de ser geradas.

A pesquisa aponta que os estados que concedem benefícios fiscais nas **importações** são: Santa Catarina, Pernambuco, Paraná, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Sergipe, Espírito Santo e Alagoas. O ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero afirma que as duas unidades da federação que se tornaram mais conhecidos foram Santa Catarina e o Espírito Santo.

"Essa [guerra dos portos] é uma situação absurda porque além dos chineses já terem uma série de vantagens e pagarem carga tributária pequena, juros baixos e câmbio atrativo, eles não pagam os impostos que os demais contribuintes pagam de **ICMS** [Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços]. Ou seja, o produto similar àquele que está entrando por Itajaí, se vier de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, paga **ICMS**. O produto chinês não paga. O curioso é que, embora todo mundo ache isso absurdo, ninguém resolve", comentou o ex-ministro ao DCI.

O ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, endossa a opinião de Ricupero, e afirma que essas concessões são ilegais. Os estados só podem dar esses incentivos mediante aprovação do Confaz, o que não foi feito em nenhum dos casos. Segundo ele, nas Adins anunciadas no ano passado, os benefícios nas **importações** foram mencionados.

O coordenador-técnico da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo, José Clovis Cabrera, destaca que o estado, que lidera o grupo pelo fim dos incentivos fiscais, é a principal vítima da guerra. "São Paulo é o maior **mercado** consumidor, e a tendência de que pague uma conta maior com a renúncia de impostos", entende.

A defesa das unidades da federação é de que precisam atrair investimentos por meio da instalação de novas fábricas. O secretário da Fazenda de Santa Catarina, Nelson Serpa, tem essa opinião. Ele diz que "a concessão de benefícios fiscais foi uma forma encontrada pelos estados brasileiros para suprir a falta de uma política industrial que atenda todo o território nacional".

No caso das **importações**, os incentivos eram oferecidos por meio do programa chamado Pró-emprego, criado em 2007. Deste ano até 2011, foram captados investimentos de R\$ 16,8 bilhões, por meio da inscrição de 695 empresas, no total. Contudo, Serpa afirmou que "os artigos foram revogados para demonstrar a intenção de Santa Catarina de contribuir para a resolução da questão da guerra fiscal". Por outro lado, os contratos estabelecidos antes dessa revogação serão respeitados, portanto, não haverá restituição de impostos.

Cabrera é totalmente contra a esse ato, porque, segundo ele, manter os benefícios continua sendo inconstitucional. O coordenador da Fazenda paulista comenta ainda que a situação piorou depois que as Adins foram anunciadas. "Todo mundo quer pegar o incentivo que sobrar. E como dissessem 'vamos correr com o que sobra para garantir as vantagens'. Nos últimos meses acontece um recrudescimento da oferta de benefícios, de maneira quase desmedida."

#### Prejuízos

Na semana passada, o diretor do Departamento de Relações Internacionais e **Comércio** Exterior (Derex) da Fiesp, Roberto Giannetti, disse que a **produção** industrial variou 0,3% entre 2010 e 2011. E um dos fatores que colaborou com isso foi "a prolongação contínua da desvalorização cambial, o que faz a indústria perder seu papel no **mercado** nacional para a **importação**". Para ele, resolver a guerra fiscal ajudaria a indústria brasileira.


Já o secretário da Fazenda de Santa Catarina, assim como a secretaria de Espírito Santo, afirma que a redução de impostos nas **importações** não são os que prejudicam a balança comercial brasileira. "Os benefícios concedidos pelos estados se aplicam a apenas 0,9% dos produtos **importados** pelo Brasil", explicou a Fazenda do estado do Sudeste, por meio de nota enviada ao DCI.

Segundo a secretaria de Espírito Santo, o estado, assim como quase todas as outras unidades da Federação, concede benefícios em alguns setores, visando à atração de indústrias. No caso desse estado, o incentivo que eles chamam de "financeiro" é dado por meio do Fundo de **Desenvolvimento** das Atividades Portuárias (Fundap), criado em 1970. De acordo com a nota, o **ICMS** arrecadado por empresas do Fundap representa cerca de 30% do total de **ICMS** recolhido no estado.

"É **importante** ressaltar que o Fundap é um benefício financeiro, diferente de benefícios fiscais, porque também protege alguns produtos da indústria", destacou a Fazenda capixaba.

Cabrera diz que todos os benefícios de Confaz para **importação** têm a cláusula da similaridade. Isto é, um produto só é **importado** quando não tem parecido na **produção** brasileira. "O problema é que vem muito insumo que tem **produção** no País, como bobina de aço por exemplo. Há uma avalanche de produtos siderúrgicos vindos por meio de benefícios fiscais em portos brasileiros."

Para Everardo Maciel, não **importa** se a **importação** tem ou não a cláusula de similaridade. "A questão é que a concessão de benefícios é ilegal e ponto", conclui.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Impacto da política fiscal sobre a demanda causa controvérsia</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Contas públicas

**Efeito é mais expansionista do que parece, diz economista**

### Sergio Lamucci

A política fiscal pressiona mais a demanda do que sugere o número oficial do superávit primário (o resultado das contas públicas sem incluir gastos com juros), diz o ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman. Para ele, o desempenho fiscal de 2011 não foi contracionista como indica o cumprimento da meta de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) pelo setor público consolidado, formado por União, Estados e municípios e estaduais, com exceção da Petrobras e da Eletrobrás. O BC, com isso, superestima o papel da política fiscal para controlar a demanda, afirma o economista, sócio-diretor da Schwartzman & Associados.

Num cálculo de Schwartzman que exclui receitas obtidas pelo pagamento de dividendos e de concessões e despesas atípicas, como as referentes à criação do Fundo Soberano do **Brasil** (FSB), o superávit do ano passado teria sido de 2,5% do **PIB**. Ainda que superior ao 1,1% do **PIB** de 2009 e ao 1,2% do **PIB** de 2010, o resultado ficou consideravelmente abaixo da média de 3,2% do **PIB** registrada entre 2003 e 2008, também na série ajustada.

Schwartzman fez esse cálculo para tentar chegar a um número de superávit primário que reflita mais adequadamente o impacto da política fiscal sobre a demanda. Num momento em que o BC conta com o cumprimento da meta de 3,1% do **PIB** também neste ano para continuar a cortar os juros, o assunto ganha relevância.

O pagamento de dividendos ao Tesouro por parte do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) aumenta a receita do setor público, mas não retira recursos do setor privado, como ocorre com a arrecadação tributária. Não há, desse modo, um impacto contracionista sobre a demanda.

O ponto é que, nos últimos anos, uma fatia mais expressiva do superávit primário do **Governo Federal** tem sido cumprida graças às receitas de dividendos e, em menor medida, de concessões. Em 2011, os dividendos recebidos

pelo Tesouro somaram quase R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 6,9 bilhões do **BNDES**, R\$ 3,7 bilhões da Caixa Econômica Federal e R\$ 3,3 bilhões da Petrobras. As concessões, por sua vez, somaram R\$ 3,9 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões se referem ao ingresso de valores decorrente da licitação da banda H, última faixa de frequência disponível para uso da tecnologia 3G. No total, as receitas dessas duas fontes atingiram R\$ 23,9 bilhões, o equivalente a 25,5% do valor do superávit primário do **Governo Federal**. Entre 2003 e 2007, essa fatia era bem mais baixa - ficou, em média, em 14%.

Schwartzman também excluiu da série despesas atípicas, como os R\$ 14,2 bilhões destinados à criação do Fundo Soberano do **Brasil** no fim de 2008. A medida reduziu o superávit primário oficial daquele ano, mas não teve nenhum impacto sobre a demanda.

Para completar, Schwartzman diz que um mesmo superávit primário obtido com aumento de receitas e de gastos é mais expansionista do que se for atingido com arrecadação e despesas menores. Em 2012, os gastos da União devem crescer mais que no ano passado, dado o impacto do aumento do salário mínimo sobre despesas previdenciárias e assistenciais e a decisão do governo de aumentar os investimentos.

A política fiscal é mais expansionista do que costumava ser, mas isso não é capturado de modo correto pelo BC. Como os modelos da autoridade monetária se baseiam nos números não ajustados de superávit primário para medir a política fiscal, superestimam fortemente a contribuição da política fiscal para segurar a demanda, afirma Schwartzman.

O BC continua a agir como alguém de dieta que, na mesa de saladas, trata queijo parmesão como se fosse alface. A questão é que a inflação não vai ser enganada por esse subterfúgio. O resultado, para ele, é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve perder força no acumulado em 12 meses até algum momento do segundo trimestre, mas depois volta a subir, fechando o ano entre 5,5% e 6%, bem acima do centro da meta, de 4,5%, acredita Schwartzman. Em 2011, o IPCA ficou em 6,5%.


Por enquanto, a maior parte dos analistas considera difícil o cumprimento da meta de 3,1% do **PIB** - os

economistas ouvidos semanalmente pelo BC projetam um superávit de 2,8% do **PIB**. Em relatório, o economista-chefe da corretora Convenção Tullett Prebon, Fernando Montero, diz que os gastos crescerão mais neste ano em termos reais porque algumas despesas **importantes** já estão contratadas (dado o reajuste de mais de 14% salário mínimo), o governo deve elevar investimentos e por ser difícil cortar duas vezes em algumas rubricas do orçamento, como emendas parlamentares. Aceito isso, o superávit primário cheio será função de surpresas em receitas que dificilmente tenham grande impacto sobre rendas e gastos na economia, como dividendos de bancos públicos, débitos tributários, concessões, escreve ele. Desse modo, é bastante possível que, para chegar aos 3,1% do **PIB**, o governo tenha que recorrer mais uma vez a fontes de recursos que pouco impactam a demanda.

O economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges, trabalha com um número de 2,7% do **PIB**. Receitas

extraordinárias podem levar ao cumprimento da meta, assim como um contingenciamento de R\$ 55 bilhões a R\$ 60 bilhões do orçamento deste ano, diz ele. Para ele, ainda que a meta seja atingida, a política fiscal será expansionista neste ano, porque os gastos vão mostrar aceleração. Borges estima que as despesas deverão crescer 6,1% acima da inflação neste ano, mais que os 3,3% registrados em 2011. Mesmo se os investimentos ficarem iguais aos de 2011, haverá um aumento real de 5%.

Borges acredita que o BC deve derrubar a Selic até 9,5% ao ano- hoje, está em 10,5%. Para ele, no fim do ano, quando a economia estiver mais aquecida, a autoridade monetária pode elevar compulsórios e voltar a adotar medidas para restringir o crédito no fim do ano, em vez de elevar os juros. Hoje, ele trabalha com um IPCA de 5%.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Produtividade industrial cai 0,2% em 2011</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Conjuntura

**Desde 2002, só em 2009 a relação entre produção e horas pagas apresentou resultado negativo**

### Tainara Machado

A produção industrial ficou praticamente estagnada em 2011, o que, combinado ao aumento de 0,5% do volume de horas pagas, resultou em queda de 0,2% da produtividade do setor no último ano, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (**PIMes**), divulgada na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa relação havia crescido ininterruptamente desde 2002, com resultado negativo apenas em 2009, quando a crise internacional levou a um recuo de 7,4% da produção física.

Para economistas consultados pelo Valor, a conjuntura econômica teve papel relevante nessa queda, já que o nível de emprego foi mantido enquanto a produção patinou. Mas a perda de fôlego do investimento é um fator estrutural, que deixa a situação mais preocupante no longo prazo.

No último ano, a produção industrial cresceu apenas 0,3%, mas o mercado de trabalho, bastante pressionado, levou uma parte da indústria a adiar demissões, mantendo o crescimento do pessoal ocupado assalariado em alta de 1%. A indústria em 2011 evitou demitir pela dificuldade de recontratar trabalhadores em um cenário de escassez de mão de obra, principalmente qualificada, afirmou Júlio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi).

Pelo mesmo motivo, acredita ele, a folha de pagamento real avançou 4,2% no último ano, elevando o custo unitário do trabalho, dado pela diferença entre o ganho de produtividade do empresário e o aumento real de salários, relação que foi negativa nos últimos dois anos.

Para Gomes de Almeida, uma parte da queda da produtividade no último ano foi conjuntural. A economia trabalha com períodos de defasagem. Em 2010, ano de forte recuperação da produção, o emprego cresceu relativamente menos. Em 2011, ainda sob influência do ano anterior, o nível de emprego até cresceu, mas a produção praticamente estagnou. Assim, nem é verdadeiro o aumento de

produtividade superior a 6% em 2010 e nem o declínio do último ano é o fim do mundo. Mas poderíamos estar melhor, afirmou.

Para o consultor do Iedi, se não houvesse um problema estrutural, que é a necessidade de investimento em equipamentos e maquinário, os ganhos de produtividade da indústria seriam mais expressivos e tornariam a relação com a folha de pagamento real mais equilibrada, elevando a competitividade do setor. Mas a situação de concorrência com os importados também está dificultando os investimentos, porque torna o empresário menos confiante, afirmou.

Para o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Nelson Marconi, a produtividade em queda é evidência de um problema sério, porque além de perder margem, o setor não está conseguindo compensar a alta de custos com aumento da quantidade produzida, já que há forte concorrência com o produto importado.

Marconi também acredita que um dos principais problemas para o setor, no longo prazo, é a evolução do investimento, que está decepcionando. Aparentemente, a indústria continuará no mesmo ritmo, porque há pouco investimento na ampliação do parque industrial, em máquinas e até mesmo na qualificação da mão de obra, disse.

No curto prazo, no entanto, Marconi vê na valorização do real ante o dólar o maior entrave para a recuperação do setor. O câmbio surte efeito imediato por inibir as importações. Não adianta ir em frente com a agenda de reformas e deixar o câmbio excessivamente apreciado, afirmou. Em sua opinião, o governo está no caminho certo ao reduzir a taxa básica de juros da economia, a Selic, porque ao mesmo tempo em que estimula o investimento combate a apreciação da moeda brasileira, já que reduz o diferencial de juros internos e externos.


Para Fabio Ramos, economista da Quest Investimentos, o câmbio valorizado não é causa, mas consequência da atual situação da indústria. Nossa moeda ganhou força porque o juro é alto para segurar o crescimento da demanda e também a inflação, mantendo assim o poder de compra da população, afirmou. Para Ramos, o investimento não é o ponto mais sensível atualmente para a indústria. O economista avalia que

para melhorar a competitividade da indústria, mais do que comprar novas máquinas, é necessário seguir adiante com redução de impostos sobre **produção** e melhorar a infraestrutura, por exemplo.

Em 2012, os economistas avaliam que a indústria deve voltar a ganhar produtividade porque o nível de emprego deve manter-se estável e a **produção** deve crescer entre 1,5%

e 3%. Essa dinâmica, no entanto, não resolve problemas de longo prazo. A pressão por reajustes salariais deve ser menor, mas a indústria terá que correr atrás para ganhar produtividade e voltar a ter condições de competir com os **importados**. O setor tem uma tarefa difícil pela frente, segundo Gomes de Almeida, do Iedi.



	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>As cartas do PSDB pela sobrevivência</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Em meio a disputa acirrada em São Paulo, sigla começa a definir os nomes para concorrer às prefeituras das capitais em outubro**

#### PAULO DE TARSO LYRA

A direção nacional do PSDB tenta isolar as desavenças que perturbam o seu ninho em São Paulo para que as prévias paulistanas não minem as chances de crescimento nas eleições municipais deste ano. A principal legenda de oposição ao **Governo Federal** luta para não sangrar como seus pares — DEM e PPS, hoje sombras pálidas do que foram no passado — e ter algum poder de fogo para contrapor-se ao PT de Dilma Rousseff daqui a dois anos e oito meses. "O PSDB não acabou. Se não fosse essa pancadaria em São Paulo, nós estaríamos bem melhor", disse um alto integrante do comando tucano.

Olhando o mapa eleitoral, passa-se uma falsa impressão de que os tempos não são sombrios. O partido terá candidatos em praticamente todas as capitais (veja quadro ao lado). O duro será conseguir êxito nessas disputas. Em nenhum dos estados governados pelo PSDB — oito no total —, o partido terá vida fácil nas capitais. Em um deles, inclusive, foi preciso uma intervenção do Diretório Nacional para que a legenda estadual mudasse de mãos para evitar um desastre retumbante. É o caso, por exemplo, do Pará, onde o presidente Sérgio Guerra "tirou" o PSDB do controle de Almir Gabriel, transferindo poder para Simão Jatene.

Essa manobra permitiu que o deputado federal Zenaldo Coutinho fosse o candidato à prefeitura em Belém. "O partido tem que pensar, sim, em ter o maior número de candidaturas nas capitais. Essas posições servirão de alicerce para a disputa que acontecerá daqui a dois anos, tanto nos estados quanto no plano federal", destacou Zenaldo. "É fundamental para o PSDB ter essa capilaridade", completou.

O partido, contudo, ainda pena com a perda de lideranças **importantes** e para derrotas de nomes antes considerados caciques na legenda. Dentre os que foram protagonistas da diáspora, estão nomes bem situados na política **regional** hoje, como o governador do Rio, Sérgio Cabral, e o atual prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes, mais do que favorito na disputa pela reeleição. Ambos

estão no PMDB. "Até hoje Cabral nos procura para trocar ideias e propostas", confidenciou o deputado Ricardo Trípoli (SP), um dos quatro pré-candidatos na prévia paulistana.

Para dirigentes do PSDB, não havia como segurar esses dois nomes no partido, já que eles migraram para o PMDB para estarem mais próximos do governo, algo que os tucanos não podem oferecer nesse instante. "O Paes era secretário-geral quando nos deixou, ele não tinha do que se queixar", declarou Zenaldo.

#### Caciques em baixa

Outra baixa, essa mais sentida, é a do ex-deputado Gustavo Fruet (PR). Um dos mais combativos parlamentares, especialmente durante a CPI do Mensalão, ele abandonou o PSDB e filiou-se ao PDT por bater de frente com o principal tucano paranaense, o governador Beto Richa. Hoje, Fruet aparece com quase 10 pontos percentuais de vantagem sobre seus concorrentes na disputa pela prefeitura de Curitiba. "O Beto foi muito turrão. Mas o Fruet também não ajudou em nada na busca pelo entendimento", lamentou um dirigente partidário.

O PSDB também encolheu porque antigos caciques partidários perderam o viço ou terão que recomeçar praticamente do nada. Arthur Virgílio já foi líder do governo Fernando Henrique Cardoso, ministro da Secretaria-Geral da Presidência e senador da República. Hoje, vai cumprir uma árdua missão partidária candidatando-se a vereador por **Manaus**. A cúpula tucana espera que ele puxe outros cinco ou seis nomes da legenda, dando um status nunca antes conferido ao partido na capital amazonense. "No interior, somos fortes. Mas aquela implicância ridícula de São Paulo com a **Zona Franca** de **Manaus** sempre fez com que fôssemos nanicos no maior colégio eleitoral do Estado", lamentou um dirigente do PSDB.

No Ceará, o partido vive uma situação parecida. Tasso Jereissatti já foi presidente nacional do PSDB e com força suficiente para rachar a legenda em 2002, apoiando informalmente Ciro Gomes na disputa presidencial contra José Serra. Perdeu a eleição de senador para a aliança entre PT e PMDB, que elegeu, respectivamente, Eunício Oliveira (PMDB) e José **PIM**entel (CE).

Na Região Sul, onde está um dos grãos-tucanos da atualidade, Beto Richa, o partido terá que lutar pela reeleição do atual prefeito da capital paranaense, Luciano Ducci (filiado ao PSB). E no Rio Grande do Sul, o partido conseguiu em 2006 eleger a governadora Yeda Crusius. Os quatro anos seguintes quase varreram o PSDB dos mapas gaúchos. "Foi péssimo. Não conseguimos nem manter o

governo nem tampouco crescer o partido", reconhece um dirigente da legenda.

"Acabou a docilidade, a voz rouca, agora vamos radicalizar"

Sérgio Guerra, presidente nacional do PSDB



VEÍCULO REVISTA ÉPOCA	EDITORIA	
TÍTULO <b>Felipe Patury</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### A guerra das scooters

A nova dor de cabeça do governo são as motos de 50 cilindradas, que podem ser dirigidas sem carteira de habilitação. A associação de montadoras desses veículos, na **Zona Franca** de **Manaus**, cobra do governo o aumento do imposto de **importação** do produto, de 15% para 35%. Diz

que, se isso não acontecer, começará a demitir e fechar fábricas. A polêmica bateu na mesa do ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel. A decisão caberá à presidente Dilma Rousseff.

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Guerra dos Tablets: Procuradoria da República fica contra São Paulo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enviou ao Supremo Tribunal Federal parecer pela concessão de medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4635) proposta pelo governador do Amazonas contra medida do governador de São Paulo e da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A ação questiona dispositivos que legislam sobre a cobrança do ICMS e os benefícios fiscais concedidos pelo estado de São Paulo a tablets lá fabricados. Segundo a ação, tal atitude vem causando impactos prejudiciais aos demais estados e ao Distrito Federal, já que os tablets produzidos em São Paulo tiveram alíquota reduzida a zero, enquanto o mesmo produto fabricado na Zona Franca de Manaus estaria sendo taxado em 12% ao entrar em São Paulo.

De acordo com o parecer, "não é possível a edição de atos normativos que concedam benefícios fiscais relativos ao ICMS sem a prévia celebração de convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária". Também foi

afirmada a legitimidade da propositura da ação pelos governadores dos estados ou do Distrito Federal.

O parecer afirma que, mesmo sendo o ICMS um imposto estadual, a Constituição Federal atribui à lei complementar a forma como serão concedidas isenções, incentivos e benefícios relativos ao imposto, devendo ser concedidos mediante deliberação dos estados e do Distrito Federal.

"Trata-se de exigência que tem por objetivo evitar a prática de guerra fiscal, que, em última análise, provoca a desestruturação do próprio pacto federativo, mediante o exorbitante favorecimento do ente público desonerador, em prejuízo aos demais entes da Federação", defende o parecer. O parecer será apreciado pelo ministro Celso de Mello, relator da ação no STF.


	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Procurador quer fim de isenção de <u>ICMS</u> a tablets em São Paulo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Roberto Gurgel diz que isenção pode gerar guerra fiscal sobre o produto.**

**Ainda não há data prevista para o julgamento do processo** procurador-geral da República, Roberto Gurgel, concluiu que a isenção de ICMS para tablets em São Paulo pode gerar guerra fiscal e, portanto, deve ser suspensa. Ele enviou um parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o benefício fiscal.

No parecer, Gurgel pede a concessão de medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade proposta

pelo governo do Amazonas contra o Estado de São Paulo. Na ação, o governo amazonense afirma que o benefício de São Paulo está causando impactos prejudiciais aos demais Estados e ao Distrito Federal. De acordo com o processo, os tablets produzidos em São Paulo tiveram alíquota reduzida a zero, enquanto o mesmo produto fabricado na Zona Franca de Manaus estaria sendo taxado em 12% ao entrar em São Paulo

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Relações Brasil-Estados Unidos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Luiz Augusto de Castro Neves - O Estado de S.Paulo

A visita da presidente Dilma Rousseff a Washington, em março, poderá sinalizar com maior clareza qual será o tom das relações entre o **Brasil** e os Estados Unidos para o futuro próximo. Os dois países, além de serem os mais populosos, constituem as duas maiores economias das Américas e não seria um absurdo imaginar que um entendimento mais amplo e frutífero entre ambos seja um elemento essencial para uma cooperação hemisférica em bases mais equitativas.

Em termos formais - alguns diriam "em linguagem burocrática" -, a relação Brasil-Estados Unidos é intensa, diversificada e apresenta uma agenda com assuntos estrategicamente **importantes**, para os dois países e para as relações internacionais em geral, como é o caso, entre outros, do tema da energia. Parece, todavia, faltar em ambos os lados o convencimento de que a parceria entre os dois países deve ser "para valer".

Alguns **importantes** políticos norte-americanos, como o ex-presidente Richard Nixon em 1971, fizeram declarações do tipo: "Para onde for o **Brasil** irá o resto do continente". Tais declarações foram, como era de esperar, mal recebidas na América hispânica. E até mesmo no Brasil, a despeito do ufanismo oficial, foram recebidas com uma certa desconfiança, inclusive pelas autoridades de então. Recorde-se que o governo militar tinha uma retórica antiesquerdista e anticomunista, o que, por si só, já serviria para alinhar inequivocamente o **Brasil** com os Estados Unidos em tempos de guerra fria.

Na verdade, contudo, a desconfiança mútua permeou com frequência as relações bilaterais. Os Estados Unidos reagem com ambiguidade e, às vezes, com mal disfarçada hostilidade a iniciativas brasileiras destinadas a reforçar a cooperação hemisférica, como foi o caso da Operação Pan-Americana, lançada por Juscelino Kubitschek em 1958, que acabou substituída pela Aliança para o Progresso, fruto de uma ação unilateral dos Estados Unidos. A ambiguidade em relação à iniciativa de Kubitschek transformava-se em hostilidade quando os temas comerciais vinham à baila. Quando o Brasil, juntamente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, buscava fortalecer a integração **regional** por meio

do **Mercado** Comum do Sul (**Mercosul**), a então secretária de Estado Madeleine Albright criticou o empreendimento, dizendo que o **Brasil** deveria focalizar a sua atenção na Área de Livre **Comércio** das Américas (Alca), iniciativa norte-americana. (Albright foi posteriormente desmentida pelo presidente Bill Clinton, em entrevista à imprensa nos jardins do Palácio do Alvorada, mas as suas declarações davam uma boa medida da atitude de "indiferença benigna" que caracterizava as relações bilaterais e existia também no lado brasileiro.)

As relações entre os dois países ainda dão a impressão de que estão presas à mentalidade que predominou durante a guerra fria. Parece haver no **Brasil** uma percepção generalizada de que o establishment norte-americano de política externa não atribui a devida prioridade às relações com o Brasil. As atenções norte-americanas são frequentemente percebidas como uma reação a questões que irritam Washington, como certas manifestações localizadas de nacionalismo populista em alguns países da região.

Assimetrias de poder e de estágio de **desenvolvimento** à parte, não parece haver razões que impeçam os dois principais países do Hemisfério de buscar estabelecer uma relação estratégica, positiva, **importante** e que, quando necessário, seja também, para usar uma frase do ex-embaixador soviético em Washington Anatoly Dobrynin, "um compromisso frutífero de interesses". Os dois países, além das características já mencionadas em matéria de tamanho territorial, demográfico e econômico, compartilham valores políticos e culturais essenciais. A sociedade brasileira, assim como a norte-americana, tem origem multicultural e multiétnica; é também um melting pot que, não obstante os problemas sociais que ainda enfrenta, tem uma mobilidade econômica e social raramente encontrada em outros países.


Do lado de Washington, é de esperar que a importância da parceria com o **Brasil** receba os devidos reconhecimento e prioridade. Parcerias não excluem eventuais discrepâncias em relação a certos assuntos. Na realidade, diferenças ocasionais de percepções constituem a essência da convivência entre duas nações democráticas, onde os valores básicos que predominam são comuns a ambas.

Do lado de Brasília, parece oportuno promover uma ampla reavaliação das relações entre o **Brasil** e os Estados Unidos, exercício fundamental no mundo pós-guerra fria, globalizado e interdependente, e que assiste, entre maravilhado e apreensivo, à emergência de novos gigantes no cenário das grandes decisões internacionais.

O fim da guerra fria e o extraordinário aumento da velocidade do fenômeno conhecido como globalização trouxeram uma grande instabilidade às relações internacionais. Bastaria citar, à guisa de exemplo, que a internacionalização dos processos produtivos tornou o protecionismo, que foi uma ferramenta bem-sucedida da industrialização brasileira, um instrumento ineficaz e obsoleto de proteção dessa mesma indústria.

No mundo da razão, 2012 poderia ser o ponto de partida de uma nova fase, de uma nova parceria menos assimétrica, entre as duas mais populosas nações democráticas do mundo ocidental. O caminho poderá ser complexo e, às vezes, eivado de dificuldades, de lado a lado. O êxito da empreitada dependerá da capacidade de cada um dos lados avaliar os desafios e as oportunidades de um oportuno relançamento das relações bilaterais com uma visão estratégica de longo prazo e, sobretudo, sem os preconceitos do passado.

\*Presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), foi embaixador do **Brasil** na China e no Japão

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Impacto da política fiscal sobre a demanda causa controvérsia</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Por Sergio Lamucci | De São Paulo

A política fiscal pressiona mais a demanda do que sugere o número oficial do superávit primário (o resultado das contas públicas sem incluir gastos com juros), diz o ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman. Para ele, o desempenho fiscal de 2011 não foi contracionista como indica o cumprimento da meta de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) pelo setor público consolidado, formado por União, Estados e municípios e estatais, com exceção da Petrobras e da Eletrobrás. O BC, com isso, superestima o papel da política fiscal para controlar a demanda, afirma o economista, sócio-diretor da Schwartzman & Associados.

Num cálculo de Schwartzman que exclui receitas obtidas pelo pagamento de dividendos e de concessões e despesas atípicas, como as referentes à criação do Fundo Soberano do **Brasil** (FSB), o superávit do ano passado teria sido de 2,5% do **PIB**. Ainda que superior ao 1,1% do **PIB** de 2009 e ao 1,2% do **PIB** de 2010, o resultado ficou consideravelmente abaixo da média de 3,2% do **PIB** registrada entre 2003 e 2008, também na série ajustada.

Schwartzman fez esse cálculo para tentar chegar a um número de superávit primário que reflita mais adequadamente o impacto da política fiscal sobre a demanda. Num momento em que o BC conta com o cumprimento da meta de 3,1% do **PIB** também neste ano para continuar a cortar os juros, o assunto ganha relevância.

O pagamento de dividendos ao Tesouro por parte do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) aumenta a receita do setor público, mas não retira recursos do setor privado, como ocorre com a arrecadação tributária. Não há, desse modo, um impacto contracionista sobre a demanda.

O ponto é que, nos últimos anos, uma fatia mais expressiva do superávit primário do **Governo Federal** tem sido cumprida graças às receitas de dividendos e, em menor medida, de concessões. Em 2011, os dividendos recebidos pelo Tesouro somaram quase R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 6,9 bilhões do **BNDES**, R\$ 3,7 bilhões da Caixa Econômica Federal e R\$ 3,3 bilhões da Petrobras. As concessões, por sua vez, somaram R\$ 3,9 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões se

referem ao ingresso de valores decorrente da licitação da banda H, última faixa de frequência disponível para uso da tecnologia 3G. No total, as receitas dessas duas fontes atingiram R\$ 23,9 bilhões, o equivalente a 25,5% do valor do superávit primário do **Governo Federal**. Entre 2003 e 2007, essa fatia era bem mais baixa - ficou, em média, em 14%.

Schwartzman também excluiu da série despesas atípicas, como os R\$ 14,2 bilhões destinados à criação do Fundo Soberano do **Brasil** no fim de 2008. A medida reduziu o superávit primário oficial daquele ano, mas não teve nenhum impacto sobre a demanda.

Para completar, Schwartzman diz que um mesmo superávit primário obtido com aumento de receitas e de gastos é mais expansionista do que se for atingido com arrecadação e despesas menores. Em 2012, os gastos da União devem crescer mais que no ano passado, dado o impacto do aumento do salário mínimo sobre despesas previdenciárias e assistenciais e a decisão do governo de aumentar os investimentos.

"A política fiscal é mais expansionista do que costumava ser, mas isso não é capturado de modo correto pelo BC." Como os modelos da autoridade monetária se baseiam nos números não ajustados de superávit primário para medir a política fiscal, superestimam fortemente a contribuição da política fiscal para segurar a demanda, afirma Schwartzman.

"O BC continua a agir como alguém de dieta que, na mesa de saladas, trata queijo parmesão como se fosse alface. A questão é que a inflação não vai ser enganada por esse subterfúgio." O resultado, para ele, é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve perder força no acumulado em 12 meses até algum momento do segundo trimestre, mas depois volta a subir, fechando o ano entre 5,5% e 6%, bem acima do centro da meta, de 4,5%, acredita Schwartzman. Em 2011, o IPCA ficou em 6,5%.

Por enquanto, a maior parte dos analistas considera difícil o cumprimento da meta de 3,1% do **PIB** - os economistas ouvidos semanalmente pelo BC projetam um superávit de 2,8% do **PIB**. Em relatório, o economista-chefe da corretora Convenção Tullett Prebon, Fernando Montero, diz




que os gastos crescerão mais neste ano em termos reais porque algumas despesas **importantes** já estão contratadas (dado o reajuste de mais de 14% salário mínimo), o governo deve elevar investimentos e por ser difícil cortar duas vezes em algumas rubricas do orçamento, como emendas parlamentares. "Aceito isso, o superávit primário cheio será função de surpresas em receitas que dificilmente tenham grande impacto sobre rendas e gastos na economia, como dividendos de bancos públicos, débitos tributários, concessões", escreve ele. Desse modo, é bastante possível que, para chegar aos 3,1% do **PIB**, o governo tenha que recorrer mais uma vez a fontes de recursos que pouco impactam a demanda.

O economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges, trabalha com um número de 2,7% do **PIB**. Receitas extraordinárias podem levar ao cumprimento da meta, assim

como um contingenciamento de R\$ 55 bilhões a R\$ 60 bilhões do orçamento deste ano, diz ele. Para ele, ainda que a meta seja atingida, a política fiscal será expansionista neste ano, porque os gastos vão mostrar aceleração. Borges estima que as despesas deverão crescer 6,1% acima da inflação neste ano, mais que os 3,3% registrados em 2011. "Mesmo se os investimentos ficarem iguais aos de 2011, haverá um aumento real de 5%".

Borges acredita que o BC deve derrubar a Selic até 9,5% ao ano- hoje, está em 10,5%. Para ele, no fim do ano, quando a economia estiver mais aquecida, a autoridade monetária pode elevar compulsórios e voltar a adotar medidas para restringir o crédito no fim do ano, em vez de elevar os juros. Hoje, ele trabalha com um IPCA de 5%.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Produtividade industrial cai 0,2% em 2011</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Por Tainara Machado | De São Paulo

A **produção** industrial ficou praticamente estagnada em 2011, o que, combinado ao aumento de 0,5% do volume de horas pagas, resultou em queda de 0,2% da produtividade do setor no último ano, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (**PIMes**), divulgada na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa relação havia crescido ininterruptamente desde 2002, com resultado negativo apenas em 2009, quando a crise internacional levou a um recuo de 7,4% da **produção** física.

Para economistas consultados pelo Valor, a conjuntura econômica teve papel relevante nessa queda, já que o nível de emprego foi mantido enquanto a **produção** patinou. Mas a perda de fôlego do investimento é um fator estrutural, que deixa a situação mais preocupante no longo prazo.

No último ano, a **produção** industrial cresceu apenas 0,3%, mas o **mercado** de trabalho, bastante pressionado, levou uma parte da indústria a adiar demissões, mantendo o crescimento do pessoal ocupado assalariado em alta de 1%. "A indústria em 2011 evitou demitir pela dificuldade de recontratar trabalhadores em um cenário de escassez de mão de obra, principalmente qualificada", afirmou Júlio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (ledi).

Pelo mesmo motivo, acredita ele, a folha de pagamento real avançou 4,2% no último ano, elevando o custo unitário do trabalho, dado pela diferença entre o ganho de produtividade do empresário e o aumento real de salários, relação que foi negativa nos últimos dois anos.

Para Gomes de Almeida, uma parte da queda da produtividade no último ano foi conjuntural. "A economia trabalha com períodos de defasagem. Em 2010, ano de forte recuperação da **produção**, o emprego cresceu relativamente menos. Em 2011, ainda sob influência do ano anterior, o nível de emprego até cresceu, mas a **produção** praticamente estagnou. Assim, nem é verdadeiro o aumento de produtividade superior a 6% em 2010 e nem o declínio do último ano é o fim do mundo. Mas poderíamos estar melhor", afirmou.

Para o consultor do ledi, se não houvesse um problema estrutural, que é a necessidade de investimento em equipamentos e maquinário, os ganhos de produtividade da indústria seriam mais expressivos e tornariam a relação com a folha de pagamento real mais equilibrada, elevando a competitividade do setor. "Mas a situação de concorrência com os **importados** também está dificultando os investimentos, porque torna o empresário menos confiante", afirmou.

Para o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Nelson Marconi, a produtividade em queda é evidência de um problema sério, porque além de perder margem, o setor não está conseguindo compensar a alta de custos com aumento da quantidade produzida, já que há forte concorrência com o produto **importado**.

Marconi também acredita que um dos principais problemas para o setor, no longo prazo, é a evolução do investimento, que está decepcionando. "Aparentemente, a indústria continuará no mesmo ritmo, porque há pouco investimento na ampliação do parque industrial, em máquinas e até mesmo na qualificação da mão de obra", disse.


No curto prazo, no entanto, Marconi vê na valorização do real ante o **dólar** o maior entrave para a recuperação do setor. "O câmbio surte efeito imediato por inibir as **importações**. Não adianta ir em frente com a agenda de reformas e deixar o câmbio excessivamente apreciado", afirmou. Em sua opinião, o governo está no caminho certo ao reduzir a taxa básica de juros da economia, a Selic, porque ao mesmo tempo em que estimula o investimento combate a apreciação da moeda brasileira, já que reduz o diferencial de juros internos e externos.

Para Fabio Ramos, economista da Quest Investimentos, o câmbio valorizado não é causa, mas consequência da atual situação da indústria. "Nossa moeda ganhou força porque o juro é alto para segurar o crescimento da demanda e também a inflação, mantendo assim o poder de compra da população", afirmou. Para Ramos, o investimento não é o ponto mais sensível atualmente para a indústria. O economista avalia que para melhorar a competitividade da indústria, mais do que comprar novas máquinas, é necessário seguir adiante

com redução de impostos sobre **produção** e melhorar a infraestrutura, por exemplo.

Em 2012, os economistas avaliam que a indústria deve voltar a ganhar produtividade porque o nível de emprego deve manter-se estável e a **produção** deve crescer entre 1,5% e 3%. Essa dinâmica, no entanto, não resolve problemas de

longo prazo. "A pressão por reajustes salariais deve ser menor, mas a indústria terá que correr atrás para ganhar produtividade e voltar a ter condições de competir com os **importados**. O setor tem uma tarefa difícil pela frente", segundo Gomes de Almeida, do Iedi.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Juro alto é positivo para o país, mas regulação ainda é entrave ao investidor</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### **Flávia Furlan**

**O estudo revela que o risco político brasileiro é considerado médio-baixo, ao lado de África do Sul e Índia entre os companheiros dos Brics, grupo que inclui ainda Rússia e China, que têm risco médio.**

De acordo com o diretor de **Comércio** e Investimento Internacional da Aon Brasil, Keith Martin, o nível é sustentado pelo **Brasil** já há anos. "Se você analisar a taxa de juro, ele tem um risco baixo.

Poucas empresas estrangeiras hoje compram proteção de risco político para o Brasil", pondera.


O levantamento mostra que o país tem o risco de interrupção do fluxo de bens ou serviços e também o risco legal e regulatório.

Martin explica que, neste último quesito, o que preocupa os investidores globais é a mudança de governo,

que pode mexer com contratos firmados. "Somase a isso a complexidade e lentidão do judiciário", diz.

Ítalo Lombardi, economista para a América Latina do Standard Chartered Bank, considera que o **Brasil** atrai por ter, ainda, uma taxa básica de juro alta e por ter grandes oportunidades de investimento nos setores de mineração e agronegócio. "A tendência é de que o capital continue fluindo para o Brasil".

Segundo ele, neste ano, os riscos que devem ser identificados em todo o mundo são a crise da dívida na Europa, a desaceleração econômica nos Estados Unidos, que vai influenciar o resultado das eleições, e os conflitos do Oriente Médio. No Brasil, o câmbio deve se valorizar e, por consequência, levar o governo a pensar em novas regras para investimento estrangeiro no país.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Juro alto é positivo para o país, mas regulação ainda é entrave ao investidor</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **Flávia Furlan**

**O estudo revela que o risco político brasileiro é considerado médio-baixo, ao lado de África do Sul e Índia entre os companheiros dos Brics, grupo que inclui ainda Rússia e China, que têm risco médio.**

De acordo com o diretor de **Comércio** e Investimento Internacional da Aon Brasil, Keith Martin, o nível é sustentado pelo **Brasil** já há anos. "Se você analisar a taxa de juro, ele tem um risco baixo.

Poucas empresas estrangeiras hoje compram proteção de risco político para o Brasil", pondera.


O levantamento mostra que o país tem o risco de interrupção do fluxo de bens ou serviços e também o risco legal e regulatório.

Martin explica que, neste último quesito, o que preocupa os investidores globais é a mudança de governo,

que pode mexer com contratos firmados. "Somase a isso a complexidade e lentidão do judiciário", diz.

Ítalo Lombardi, economista para a América Latina do Standard Chartered Bank, considera que o **Brasil** atrai por ter, ainda, uma taxa básica de juro alta e por ter grandes oportunidades de investimento nos setores de mineração e agronegócio. "A tendência é de que o capital continue fluindo para o Brasil".

Segundo ele, neste ano, os riscos que devem ser identificados em todo o mundo são a crise da dívida na Europa, a desaceleração econômica nos Estados Unidos, que vai influenciar o resultado das eleições, e os conflitos do Oriente Médio. No Brasil, o câmbio deve se valorizar e, por consequência, levar o governo a pensar em novas regras para investimento estrangeiro no país.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Suframa pede autorização para fazer novo concurso público em <u>Manaus</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Os salários variam entre R\$ 1.950,23 a R\$ 3.812,18. A empresa ainda oferece auxílio-alimentação de R\$ 304, além de auxílio-transporte, plano de saúde e auxílio-pré escola.**

**Manaus - A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) pediu uma autorização para fazer novo concurso público para Manaus. A solicitação foi feita diretamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Deverão ser oferecidas oportunidades para carreiras de níveis médio e superior.**

Os salários variam entre R\$ 1.950,23 (nível médio) a R\$ 3.812,18. A empresa ainda oferece auxílio-alimentação de R\$ 304, além de auxílio-transporte, plano de saúde e auxílio-pré escola.

O último edital para o órgão saiu em 2008 com oferta de 144 oportunidades. Para nível superior a seleção foi para as carreiras de administrador, arquiteto, assistente social, auditor, bibliotecário, contador, economista, engenheiro civil, engenheiro eletrônico, engenheiro eletricitista, engenheiro mecânico, médico assistencialista, médico perito, odontólogo, químico, técnico em comunicação social; já para nível médio houve vagas para agente administrativo, auxiliar de enfermagem e técnico em contabilidade. A organização ficou a cargo da Funrio.

	VEÍCULO TELESINTESE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PGR se opõe à isenção de <u>ICMS</u> para tablets produzidos em SP</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**De acordo com parecer do procurador-geral Roberto Gurgel, benefício pode resultar em guerra fiscal.**

A Procuradoria-Geral da República é contra isenção do **ICMS** para tablets em São Paulo sob o argumento de que o benefício não é resultado de convênio no âmbito do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e, portanto, pode gerar guerra fiscal. O parecer do procurador-geral, Roberto Gurgel, foi adicionado à Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo governo do **Amazonas** no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a isenção do imposto dada pelo estado de São Paulo. Gurgel opinou pela concessão de liminar suspendendo imediatamente o benefício.

Na ação, o governador do **Amazonas**, Omar Aziz, sustenta que os incentivos fiscais concedidos pela legislação impugnada colocam em risco a **Zona Franca** de **Manaus**, pois estabelecem uma competição desigual entre os produtos fabricados em **Manaus** e aqueles fabricados e comercializados em São Paulo. Pela lei e decretos paulistas os

incentivos fiscais à **produção** de tablets, por meio de redução da base de cálculo e fixação de crédito tributário, resultam em uma alíquota efetiva de **ICMS** de 0%. O mesmo produto fabricado na **Zona Franca** de **Manaus** paga 12% do imposto estadual.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi interposta pelo governo do **Amazonas** no final de julho do ano passado e está sendo relatada pelo ministro Celso de Mello. Até hoje o pedido de liminar não foi julgado.